



17

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0347858-2

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0016609-54.2013.8.17.0810

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Mariselmá Aleixo de Moraes
PACIENTE : Milene Cristina de Oliveira
PROCURADORA : Dr^a. Sueli Gonçalves de Almeida
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Odilon de Oliveira Neto

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. COLHEITA DA PROVA INICIADA. NECESSIDADE DE ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA OUVIDA DE TESTEMUNHA IMPRESCINDÍVEL. RAZOABILIDADE. DESIGNAÇÃO DE DATA QUE SE AVIZINHA PARA FINALIZAÇÃO DO PROCESSO. COAÇÃO ILEGAL, INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Inexiste coação ilegal decorrente de excesso de prazo quando eventual atraso não é atribuído à atos praticados pelo juiz sumariante ou pelo Promotor de Justiça, mas da necessidade de observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, máxime considerando-se o fato de haver sido realizada audiência de instrução e julgamento, onde foi iniciada a colheita da prova de acusação, restando designada data que se avizinha para continuação do referido ato instrutório, com vistas a ouvida de uma testemunha faltante, circunstância que afasta, ao menos até o presente momento processual, a alegação de coação ilegal por excesso prazal aventada na inicial.

II - Ordem denegada. Decisão unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **347858-2**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em **denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 23/09/2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto - Relator Substituto



48

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0347858-2
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0016609-54.2013.8.17.0810
COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Mariselma Aleixo de Moraes
PACIENTE : Milene Cristina de Oliveira
PROCURADORA : Drª. Sueli Gonçalves de Almeida
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Odilon de Oliveira Neto

RELATÓRIO

A belª **Mariselma Aleixo de Moraes**, assessora jurídica penal da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, impetrou Habeas Corpus liberatório, com pretensão liminar, em favor de **MILENE CRISTINA DE OLIVEIRA**, qualificada na atrial (fls.02), alegando que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do excesso de prazo verificado para o término da instrução criminal no âmbito do processo-crime nº **0016609-54.2013.8.17.0810** a que responde perante o Juízo de Direito da Vara da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, a que responde pela prática do crime de roubo.

Em suas razões, a subscritora da atrial mandamental esclarece que a acusada foi presa em flagrante delito no dia **15/07/2013**, convertida em prisão preventiva em **03/10/2013**, permanecendo recolhida ao ergástulo até a data da presente impetração, sem que se tenha formado o sumário de culpa.

Por fim, a impetrante acrescenta que a ré não provocou qualquer retardo na marcha processual.

Diante disso, pugna a revogação da prisão preventiva, para que a acusada seja posta em liberdade.

A impetração veio acompanhada dos documentos de fls.07/15.

Às fls.22/23, o eminente Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, relator originário do feito, indeferiu o pedido liminar vindicado na atrial, solicitando informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.32, acompanhadas dos documentos de fls.33/36.



49

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls.40/43, da lavra da Dr^a. Sueli Gonçalves de Almeida, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.
Recife – PE,

23/09/2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator Substituto

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'O' followed by several loops and a final horizontal stroke.



30

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0347858-2

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 0016609-54.2013.8.17.0810

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Mariselma Aleixo de Moraes
PACIENTE : Milene Cristina de Oliveira
PROCURADORA : Drª. Sueli Gonçalves de Almeida
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Odilon de Oliveira Neto

VOTO

A presente impetração se insurge contra a ultrapassagem dos prazos legais para o encerramento da instrução criminal na ação penal a que responde a paciente, ao argumento de que a acusada se encontra presa desde **15/07/2013**, sem que a defesa ou a ré tenha culpa pelo excesso prazal.

Cumpre assinalar que os prazos processuais não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, o que, a meu ver, é o caso dos autos.

Demais disso, conforme recentes entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, o encerramento da instrução criminal não resulta da simples soma aritmética dos prazos previstos em lei, nos termos do excerto, *verbis*:

"(...) Os prazos para a finalização dos atos processuais não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade (...) ordem denegada, com a recomendação de que o Tribunal apontado como coator imprima maior celeridade no julgamento da apelação criminal lá aforada em favor do paciente." (HC 285.928/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 28/05/2014)

Aliás, sobre o tema, este Sodalício consolidou entendimento, a saber:

"Súmula 84/TJPE – Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto"

É o caso dos autos. Vejamos:

A MM. Juíza processante, Drª. Dulceana Maciel de Oliveira, ao prestar informações, mediante ofício datado de **02/09/2014**, noticiou que a



51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

paciente foi denunciada como incurso nas sanções do art.157, §2º, incisos I e II¹, do Código Penal, por haver, no dia 14/07/2013, em comunhão de desígnios e ações com outras duas pessoas, mediante grave ameaça, exercido com emprego de arma de fogo, subtraído os pertencentes dos passageiros de um micro ônibus, sendo presa em flagrante delito, após troca de tiros com policiais militares que, acionados pelas vítimas, saíram em perseguição aos meliantes (fls.32).

No respeitante ao trâmite processual, emerge do informativo judicial que:

"(...) A paciente foi presa em flagrante delito no dia 14/07/2013. Sendo decretada a prisão preventiva da paciente em 19/07/2013 e a denúncia recebida em 30/09/2013. A paciente, requereu, através de advogado constituído, a concessão da liberdade provisória, o que contou com parecer desfavorável do Ministério Público, sob a alegação de que estariam presentes os requisitos legais a fim de ser mantida a prisão preventiva, conforme fls.76/77 dos autos, entendimento seguido por este juízo. Insta esclarecer que a audiência de instrução e julgamento fora designada para o dia 27/05/2014, às 09:30, ocasião em que fora realizada, todavia, o Ministério Público requereu a condução coercitiva de uma das vítimas, ficando redesignada a continuação da audiência para o dia 14/10/2014, às 11:30 (...) (DESTAQUEI)

Vê-se que, embora a paciente se encontra presa desde 15/07/2013, não se verifica qualquer inércia por parte do MM. Juiz processante, que tem praticados todos os atos necessários à tramitação regular do processo, com a estrita observância às garantias da ampla defesa e do contraditório, não se havendo, portanto, falar-se em demora desarrazoada ou injustificada.

Com efeito, tão logo oferecida a denúncia, a mesma foi recebida, sendo determinada a citação do acusado para apresentar resposta à acusação, o que foi feito, ocasião em que o Juízo processante, designou a audiência de instrução e julgamento, como determina o art.399², do CPP, para o dia 27/05/2014, ocasião em que se deu início à colheita da prova.

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

² Art. 399. Recebida a denúncia ou queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente. (Alterado pela L-011.719-2008) (destaquei)



52

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Cumpre salientar, por pertinente, que o referido ato instrutório não se concluiu à época, apenas, em face do não comparecimento de testemunha imprescindível ao esclarecimento dos fatos, no caso uma das vítimas do assalto, tornando-se necessário a adoção das medidas coercitivas com vistas à condução da testemunha faltosa, circunstância que justifica a demora ora verificada, afigurando-se razoável eventual dilação dos prazos processuais.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça, apreciando caso análogo, assim decidiu:

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO CAUTELAR EM 10.07.09. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO, APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. EXCESSO DE PRAZO (1 ANO E 1 MÊS) JUSTIFICADO. REGULAR ANDAMENTO DO PROCESSO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR NÃO APRECIADA PELA CORTE A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS DO AGENTE QUE, POR SI SÓS, NÃO GARANTEM O ACESSO DO PACIENTE AO BENEFÍCIO PLEITEADO. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA (...) O período de 81 dias, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, eis que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso, de sorte que sua superação não implica necessariamente em constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade. **Neste caso, a demora para conclusão da instrução criminal (1 ano e 1 mês), é plenamente justificável pela complexidade do feito tendo em vista a dificuldade na localização dos endereços atualizados das testemunhas. Ademais, o processo encontra-se em regular andamento, pelo que não se pode, portanto, constatar qualquer desídia por parte do Juízo processante. A existência de atributos pessoais, como primariedade e bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, não constituem óbice à manutenção da segregação antecipada do paciente, quando presente condição autorizativa para a decretação da prisão preventiva. Parecer do MPF pela denegação da ordem. Ordem denegada."** (HC 172.611/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 02/09/2010, DJe 04/10/2010) (grifei)

No mesmo sentido:

"CRIMINAL. HC. QUADRILHA PARA A PRÁTICA DE ASSALTOS. LATROCÍNIO. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPROPRIEDADE DO WRIT. IRREGULARIDADE DO FLAGRANTE. NÃO-DEMONSTRAÇÃO.



53

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. ORDEM DENEGADA. O habeas corpus constitui-se em meio impróprio para o exame de tese negativa de autoria, se evidenciada a presença de suficientes indícios de autoria. Eventual irregularidade do flagrante que não restou demonstrada **Por aplicação do Princípio da Razoabilidade, tem-se como justificada eventual dilação de prazo para a conclusão da instrução processual, em hipótese de feito complexo e diante da necessidade de diligência para a localização de testemunha. Inexiste constrangimento ilegal quando o trâmite é regular e a demora não é provocada pelo Juízo ou pelo Ministério Público.** Não se vislumbra ilegalidade na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, ou no acórdão que a confirmou, se demonstrada a necessidade da custódia, atendendo-se aos termos do art. 312 do CPP e da jurisprudência dominante, sendo que a gravidade do delito pode ser suficiente para motivar a segregação provisória como garantia da ordem pública. **Precedentes. Ordem denegada.** (HC 20.540/AL, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2003, DJ 23/06/2003, p. 396) (grifei)

Dessume-se, pois, que eventual retardo não decorreu de desídia do Julgador a quo, tampouco do representante do *Parquet* de 1º grau, mas sim pela observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, de tal modo que não venha a ser alegada, no futuro, qualquer nulidade processual.

De mais a mais, o que importa é que foi designada data que se avizinha (14/10/2014), para continuação da audiência de instrução de julgamento, oportunidade em que restará finalizado o sumário de culpa, com a inquirição das testemunhas faltosas.

À vista do exposto, não se verifica, ao menos até o presente momento processual, a configuração do alegado constrangimento ilegal por excesso prazal.

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da prdem.

Recife,

23/09/2014

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator Substituto